

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

GEOGRAFIA POLÍTICA DA ÁGUA

Karolina Turcato

Boletim Gaúcho de Geografia, 36: 75–77, maio, 2011.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37390/24142>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2011.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia Política da Água. Editora Annablume, São Paulo, 2008.

Karolina Turcato¹

No livro Geografia Política da Água, que chega ao público pela editora paulista Annablume, o autor Wagner Costa Ribeiro, o qual atua na área de Geografia com ênfase em Geografia Política e Meio Ambiente, discorre sobre questões recentemente colocadas para a Geografia, quais sejam, a gestão e uso dos recursos hídricos. Em especial, no tocante aos conflitos gerados por choque de interesses em se tratando do uso desses recursos.

O autor da obra aqui apresentada indica uma importante reflexão sobre a situação da governança global da água, mais principalmente, nos mostra a necessidade de pensar as políticas de recursos hídricos no contexto de políticas socioambientais mais abrangentes. Assim, o livro apresenta ao leitor, de forma sistemática, os aspectos relacionados com a geopolítica da água, o quadro potencial de crise da água e os esforços da sociedade planetária em estabelecer metas, apesar de até o momento os frugais resultados obtidos serem indutores de conflitos por água, justificando os cenários bastante dramáticos apontados.

O tema é apresentado de modo que seu entendimento seja apreendido de forma crescente. A apresentação da obra coube a Pedro Jacobi, PROCAM/USP, seguido da introdução do autor.

Dessa maneira, diante da atual degradação dos recursos hídricos foi indicado o surgimento de questionamentos quanto às possibilidades da continuidade do desenvolvimento em diversas dimensões, principalmente, por ser considerado um fator limitante das condições de vida de parte significativa da população do planeta.

Ribeiro acredita que vivemos uma crise da água resultante do consumo exagerado do modo de produção e da distribuição natural da água, que ao ser dividida, introduziu a soberania no uso dos seus recursos hídricos. Dessa forma, consumo, cultura, território, política e natureza são elementos necessários para compreender a crise da água e talvez dessa combinação possam sair alternativas para o abastecimento de toda população mundial.

Soberania e território, segundo o autor, constituem-se como sendo temas fundamentais para o entendimento das relações políticas em torno da água. Pois, os países permitem o acesso aos seus recursos hídricos ao capital internacional exercendo sua soberania no território, o que define normas de ações internas que fundamentam ações externas, por exemplo, investimentos de grupos internacionais nos serviços de água.

A disponibilidade de água doce do planeta está distribuída em meio a países, sendo necessário combinar processos físicos e sociais para compreendê-la em cada país. Assim, no capítulo 1, o autor, apresenta os diversos usos da água, apontando para duas relações fundamentais: o consumo aumenta conforme a renda, levantando questionamentos quanto ao acesso desigual à água; e o aumento do consumo com a urbanização. Essa última relação vem ocorrendo de forma acelerada em países de baixa renda baseada na acumulação capitalista e resultando em cidades com falta de infra-estrutura de coleta de esgoto e em áreas de risco, transformando a água em um vetor pra transmissão de doenças. O autor compõe seus pareceres através da análise de mapas temáticos e tabelas que esclarecem os questionamentos propostos.

No capítulo 2, é apontado um quadro de consequências para a falta de água, bem como observa uma polemização em torno da necessidade de mensurar a quantidade de água, dado que é aproveitado tanto por quem reivindica como pelas transnacionais. Incita-nos a pensar sobre a problemática da água, como sua escassez física, a escassez de qualidade e o estresse hídrico. As reflexões são propostas diante da apresentação de uma problemática conceitual envolvida por termos aplicados a questão hídrica, além de trazer mapas e tabelas demonstrando temas como a dengue, a cólera e a distribuição mundial do uso da água, predominante, por setor de atividade em cada país.

Mostra-nos que a produção de importantes metas que podem ser empregadas para a sociedade civil reivindicatória de mais qualidade de vida, deu-se nas diversas rodadas de negociação internacional de recursos hídricos, as quais se dispuseram a discutir e/ou a regulamentar a questão hídrica. A indicação da necessidade de regulamentação da mesma demonstrou o alcance de poucos resultados, conforme o exposto no capítulo 3. Nesse momento, começa-se a vislumbrar uma visão de predomínio econômico da água.

Entre as reflexões discutidas no capítulo 4, intitulado O Direito à Água, nos é apontado que as dificuldades de regulamentação acompanham a crise anunciada e o que mais gera inquietação é a geração de conflitos. Ribeiro indica, ainda, a necessidade de se rever os processos produtivos na

¹ Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Correio eletrônico: karolturcato@yahoo.com.br

busca de maior eficiência no uso da água, sendo necessário discutir as formas de acesso justo e equitativo à água. O autor destaca que, enquanto isso não for construído, viveremos sob ameaça de novas guerras por água.

O capítulo 5 trata sobre as formas de acesso à água, o qual sua garantia para toda a população do planeta é uma tarefa política, segundo o autor. A solução pode estar contida no estabelecimento de um acordo que possibilite a democratização do acesso à água. A proposta de uma convenção internacional para o acesso à água atenderia o conflito de diversos interesses entre eles: segurança ambiental, comércio e a necessidade de uma nova ética em relação ao acesso à água.

Conforme explicita Castro (2005), os problemas que envolvem meio ambiente, considerados como recentes na agenda da Geografia, podem ser investigados com profundidade pelos aparatos da Geografia política. Exercício grandemente executado por Ribeiro ao analisar criticamente como o tema dos recursos hídricos tem sido abordado, lembrando que devemos ao sociólogo alemão Karl Wittfogel a primeira reflexão sobre a “hidropolítica” (DELEAGE, 2003, P. 5).

Salienta que a preocupação com a gestão dos recursos hídricos ganhou escala internacional nos últimos anos quando estudos apontaram a falta de água em países ricos, o que já estava sendo apontado para os países de renda média e baixa. Esse fato levou a realização de três Fóruns Mundiais da Água e a definição de 2003 como o Ano Internacional da Água. Demonstrando desse modo, que o discurso da escassez está diretamente relacionado àqueles que vêem a água como uma fonte de grandes lucros, os quais apresentam uma resposta pronta para enfrentar a complexidade e a gravidade dos problemas colocados pela penúria da água: o mercado (BOUGUERRA, 2003, p. 8).

Argumentando sobre o fato de a água ser considerada uma riqueza, o autor, justifica a informação destacando que a água foi transformada em mercadoria em escala internacional gerando interesses dos grandes grupos transnacionais, os “senhores da água”, que atuam apoiados por órgãos como Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), e ainda com a complacência de certas Organizações Não Governamentais, segundo acrescenta Petrella (2003). Este declara que as multinacionais da água instalam seu poder divulgando o credo de que a água do planeta é um patrimônio formidável a ser “conquistado” pelos “melhores”. Da mesma maneira, Morelli (2003) menciona que os maiores investidores interessados em incluir a água nos tratados de livre comércio estão no Hemisfério Norte, mas é nos países pobres ou em desenvolvimento do Hemisfério Sul que se encontram as maiores reservas desse tesouro.

Segundo Ribeiro, a água gera riquezas, também, na medida em que pode ser usada como insumo produtivo na agricultura, indústria e geração de energia. Dado corroborado por Porto-Gonçalves (2008) e ampliado por Maris (2003) quando este esclarece que as três maiores empresas francesas formam um oligopólio que estende sua ação a diversos setores, como energia, transporte e serviços públicos.

Além disso, o autor revela que a água é fonte de conflitos porque sua distribuição natural não corresponde a sua distribuição política, configurando um quadro onde se têm países cujos recursos hídricos são mais que suficientes para abastecer as necessidades da sua população, enquanto em outro, eles são raros. Como o estilo de vida hegemônico está baseado no consumo incessante de mercadorias, o uso da água para produção industrial tende a aumentar o que pode desencadear novos conflitos pelo seu acesso.

O autor nos revela que o comércio da água em escala internacional envolve diretamente os grandes grupos de capital privado, dos quais três destacam-se: os franceses Vivendi, Suez, e o Bouygues-SAUR, e o grupo alemão, RWE. Enquanto os conflitos apresentam pontos de maior tensão no Oriente Médio, envolvendo Israel, Palestina e Síria em torno do uso da água do rio Jordão. Não se pode deixar de citar a tensão que existe na América do Norte, entre o México e os Estados Unidos da América (EUA).

Detecta-se o protesto de Ribeiro diante da manutenção desse cenário, o qual é facilitado pela inexistência de um acordo internacional que regulamente o acesso à água para todos. Interesses econômicos e estratégicos-militares somados impedem o estabelecimento de um sistema de relações internacionais que guie a relação entre países e habitantes.

Ainda, indica que a resolução da contradição: água como um direito humano e água como mercadoria, reside na adoção de novos paradigmas éticos, culturais e econômicos. Vargas (2008) vai mais longe, sugere uma Cultura da Água, onde a chave para fomentar uma sociedade civil orientada para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos é a criação de visões compartilhadas, a realização de um diagnóstico conjunto, a implementação e o monitoramento em conjunto. O mesmo requer uma participação ampla dos interessados na planificação dos recursos hídricos e nas decisões operacionais.

A leitura do livro torna-se relevante, pois se constitui em uma ferramenta de fomento para os interessados na questão da água, a qual vem ganhando destaque cada vez mais acentuado em debates. Sendo assim, o livro pode atender aos que buscam informações, reflexões e propostas sobre o tema, caracterizando-se como uma fonte importante de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BOUGUERRA, Mohamed Larbi. A Guerra pela Água. **Cadernos Diplô**, São Paulo, n. 3, p.8-11, 2003.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: territóio, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304 p.
- DELÉAGE, Jean-Paul. A Nova Questão Estratégica Mundial. **Cadernos Diplô**, São Paulo, n. 3, p.5-7, 2003.
- MARIS, Bernard. O apetite voraz das multinacionais. **Cadernos Diplô**, São Paulo, n. 3, p.22-25, 2003.
- MORELLI, Leonardo. Água: nas mãos de quem? **Cadernos Diplô**, São Paulo, n. 3, p.18-21, 2003.
- PETRELLA, Riccardo. A necessidade vital se torna mercadoria. **Cadernos Diplô**, São Paulo, n. 3, p.12-15, 2003.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Água não se nega a ninguém: A necessidade de ouvir outras vozes**. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/leer.php/115>>. Acesso em: 23 set. 2008.
- VARGAS, Ramón. **Cultura y Democracia del Agua**. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/14/varg.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2008.